

Southern Spear e a Lei da Selva



» GUNther RUDZIT
Professor de relações internacionais da ESPM e professor convidado da Universidade da Força Aérea (Unifa)

A entrevista concedida por membros do governo de Donald Trump, incluindo o próprio presidente, após a operação militar denominada Southern Spear, foi decisiva para compreender o que tende a vir pela frente no sistema internacional e, em especial, no hemisfério ocidental. Mais do que esclarecer detalhes operacionais, o discurso oficial funcionou como mensagem estratégica, dirigida tanto a aliados quanto a adversários.

Do ponto de vista estritamente militar, a operação revelou de forma explícita a gigantesca superioridade dos Estados Unidos diante das capacidades defensivas venezuelanas. Os sistemas de defesa aérea de origem russa e os equipamentos chineses incorporados pelas forças locais mostraram-se incapazes de oferecer qualquer grau relevante de dissuasão. Segundo as informações divulgadas, mais

Há, contudo, zonas de ambiguidade que merecem atenção. Em primeiro lugar, não ficou claro o que Trump quis dizer ao afirmar que “eles”, membros de seu governo, iriam administrar a Venezuela. A declaração sugere algum tipo de tutela política ou administrativa transitória, mas sem qualquer especificação

de 150 aeronaves, envolvendo plataformas de ataque, reconhecimento, guerra eletrônica e transporte estratégico, garantiram a incursão e a extração do principal alvo. Trata-se de um dado relevante: Nicolás Maduro sempre figurou entre os líderes que mais investiram em mecanismos de proteção contra uma ação desse tipo, o que amplia o caráter demonstrativo da operação.

O aspecto militar, no entanto, é apenas uma camada do episódio. Politicamente, a entrevista deixa claro que a *National Security Strategy* publicada recentemente deve ser levada a sério. O documento não se limita a diretrizes abstratas, mas se traduz em ações concretas, sobretudo no que diz respeito à presença e à influência de potências extra-hemisféricas em setores considerados estratégicos. Ainda que a China não seja mencionada diretamente nas declarações, sua presença econômica, tecnológica e logística na Venezuela aparece como pano de fundo implícito da decisão americana.

Nesse sentido, a operação Southern Spear não deve ser interpretada apenas como ação pontual, mas como marco simbólico de uma nova era. Trata-se da consolidação de uma dinâmica que muitos já descrevem como a Lei da Selva, na qual o direito internacional e o multilateralismo permanecem disponíveis, mas apenas quando convergem com os interesses das grandes potências. O episódio deixa claro que, para o bem ou para o mal, entramos em uma fase em que poder, demonstração de força e hierarquização de espaços estratégicos voltam a organizar o sistema internacional de forma explícita.

institucional, jurídica ou temporal. Essa indefinição não é casual. Ela reforça a ideia de que, nesta nova fase, a clareza normativa cede espaço à imposição de fatos consumados.

Em segundo lugar, a entrevista introduz um elemento de dissussão ampliada ao indicar que outros governos poderiam ter destino semelhante. Cuba foi mencionada nominalmente, o que sinaliza que o episódio venezuelano não deve ser visto como exceção, mas como precedente. A lógica é simples: a presença considerada hostil no hemisfério ocidental passa a ser tratada como linha vermelha, independentemente do discurso multilateral ou do direito internacional vigente.

Nesse sentido, a operação Southern Spear não deve ser interpretada apenas como ação pontual, mas como marco simbólico de uma nova era. Trata-se da consolidação de uma dinâmica que muitos já descrevem como a Lei da Selva, na qual o direito internacional e o multilateralismo permanecem disponíveis, mas apenas quando convergem com os interesses das grandes potências. O episódio deixa claro que, para o bem ou para o mal, entramos em uma fase em que poder, demonstração de força e hierarquização de espaços estratégicos voltam a organizar o sistema internacional de forma explícita.

Geopolítica da paz pela força



» CRISTINA SOREANU PECEQUILLO
Professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo, de

pós-graduação no PPGRI-San Tiago Dantas e EPI-UFRJ, pesquisadora do CNPq e NERINT-UFRGS

Em 3 de Janeiro de 2026, os Estados Unidos realizaram uma intervenção militar na Venezuela, retirando do poder e prendendo o presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores. Após meses de deslocamento de embarcações dos Estados Unidos ao Caribe e ações militares marítimas, a operação chegou a termo. Sob acusações de patrocinar o narcotráfico e o terrorismo internacional (o narcoterrorismo), Maduro e Flores seguiram para os Estados Unidos em uma embarcação norte-americana, para enfrentar julgamento. Como compreender essa intervenção? Existem projeções possíveis?

A motivação da intervenção está na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, lançada por Trump em novembro de 2025, que elevou para “número um” a prioridade atribuída ao hemisfério ocidental, redesenhando a competição geopolítica global. Após o hemisfério, seguem-se o Indo-Pacífico, a Europa, o Oriente Médio e África. Voltando ao século 19, quando do lançamento da Doutrina Monroe em 1823, e a 1904, com o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, Trump anunciou seu Corolário.

Muito além do petróleo, a intervenção é resposta à presença dos chamados “competidores não ocidentais” que buscam os recursos estratégicos hemisféricos (e não só o petróleo venezuelano, mas as terras raras e os minerais críticos) e a inserção de suas indústrias e atuação econômica em setores-chave como infraestrutura.

Venezuela é um pivô para o efeito demonstrativo da contrarreação dos Estados Unidos à presença da China e de seu projeto da Iniciativa do Cinturão e da Rota (ICR) na América Latina. Ainda no campo dos poderes extrarregionais, sinaliza, à Rússia e à União Europeia, que essa é a esfera de influência dos Estados Unidos como sempre foi. É um efeito demonstrativo também à autonomia de nações hemisféricas, seja pela intersecção Hemisfério Ocidental-Indo-Pacífico em termos estatais e bilaterais, seja pelos arranjos multilaterais que trazem uma alternativa à ordem ocidental: Brics Plus, Organização de Cooperação de Xangai e agendas de Cooperação Sul-Sul entre emergentes.

Em termos de projeções, a fala de Trump de que os Estados Unidos governarão o país até uma transição pacífica e que exercerá controle sobre as reservas de petróleo, já indica a complexidade da situação. Trump descartou a figura polêmica de María Corina Machado como futura presidente, por sua falta de legitimidade e apoio. Merece ser pontuado que a intervenção procurou assumir um caráter de operação “contra Maduro”, buscando personalizar no ex-presidente os problemas da Venezuela. Em teoria, isso abria caminho para construir um governo de coalizão no qual forças associadas à tradição do chavismo como força de movimento social-popular soberano e nacionalista, às Forças Armadas e à oposição, poderiam levar à convocação de um novo pleito eleitoral. Se essa alternativa será ou não viável, dependerá do nível de resistência soberana venezuelana e à resiliência do chavismo sem Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Para o Brasil, a intervenção dos Estados Unidos eleva o nível de insegurança em sua fronteira norte, podendo trazer pressões securitárias adicionais no campo migratório e do narcotráfico. O país igualmente não escapa do efeito demonstrativo do Corolário Trump para a contenção de poderes extrarregionais, como a China, o multilateralismo Sul-Sul e de nações autônomas. A reação inicial do governo foi correta, condenando as ações unilaterais e o uso da força, mantendo sua tradição diplomática.

Quanto à oposição, repetiu-se o enredo da guerra comercial, com diversos políticos alinhando-se aos Estados Unidos, e pregando o fim do socialismo. Além das ideologias, busca-se visibilidade em momento de corrida eleitoral presidencial, explorando temas conhecidos, mas que passam uma impressão de subordinação que coloca em xeque a soberania nacional. Assim, 2026 se iniciou como terminou 2025: violento, acelerado, como parte de um ciclo de crise civilizacional e do multilateralismo tradicional, sem previsão de acabar.



Mais um episódio da "geopolítica de um homem só"



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de geografia política da Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Há anos estamos assistindo ao reaparecimento da “geopolítica de um homem só”. Fomos enganados nas últimas décadas pelo eldorado do chamado “direito internacional” e do “multilateralismo”, enquanto Putin e Trump mostram que, no fim das contas, é a força bélica que manda. Depois das invasões russas na Ásia e no Leste Europeu, agora, na América Latina, os EUA invadem, derribam um ditador e anunciam que irão “administrar” o país até a transição.

Na “geopolítica de um homem só”, não importa se a população apoia esse tipo de ação ou não. Esse “homem só” afirma saber o que é melhor para o Estado e para o mundo. Esses “homens só” são capazes de promover mudanças muito maiores do que o multilateralismo. De um lado, o direito internacional não consegue impedir ditaduras, como a venezuelana; por outro, tampouco consegue conter os “homens só”. No mundo da “geopolítica de um homem só”, estamos sempre à beira de uma guerra mundial — caso esses homens se sobreponham uns aos outros — ou de uma partilha imperial do mundo.

Nesse caso de hoje e desse “homem só” em específico, Trump, compartilha algumas reflexões sem pretensões de respostas finais:

Qual é o limite do multilateralismo para combater ditaduras? Chamam a atenção as manifestações de apoio à intervenção estadunidense, expressas por

refugiados venezuelanos que vivem em outros países. Se houvesse uma ditadura no Brasil, apoiariam alguma intervenção externa para pôr fim a esse regime, ou a autocracia poderia durar indefinidamente caso o multilateralismo não funcionasse e a oposição fosse eliminada? A soberania é uma categoria acima de qualquer outra em qualquer momento? Quanto se destrói com o discurso de “na minha mando eu”?

Um ataque pontual e tecnicamente bem executado na Venezuela para depor o ditador pode ser até aceitável pelos próprios venezuelanos (especialmente os refugiados), mas uma “administração externa” jamais deve ser aceita. Além disso, a chance de caos é grande — e piores chavismos podem surgir desse processo. Apesar de não fazer sentido comparar a Venezuela à Síria ou ao Afeganistão — onde as consequências da chamada “administração de transição” foram graves —, já que o país latino-americano é um Estado moderno consolidado, diferentemente desses casos, persistem riscos importantes: milícias apoiadoras de Maduro podem ir às ruas, os militares podem se recusar a abandonar o sistema de privilégios construído na última década, e a oposição pode ser ainda mais violentamente reprimida.

E o Brasil? Para nós, isso tem pouca influência imediata, exceto no plano do discurso retórico-eleitoral (“soberania x imperialismo americano”), favorável a Lula. Dizer que “o Brasil é vizinho” revela desconhecimento geográfico. O Brasil vizinho da Venezuela é um Brasil sem conexão territorial com o restante do país — fora da core área do Estado. Nem mesmo os venezuelanos veem o Brasil como seu principal destino, não apenas por questões culturais, mas sobretudo porque chegar a Roraima não significa chegar à core área brasileira. De impacto direto, é pouco, bem mais de escala local. Quais interesses? O petróleo venezuelano é — e

sempre será — o fator que coloca o país no centro da geopolítica mundial, para o bem e para o mal. Para os EUA, é muito mais interessante agir na Venezuela do que em qualquer outro país. O mesmo vale para a Nigéria, na África. O interesse de Trump não é apenas “pegar” o petróleo, mas algo mais amplo.

Restaurar a democracia na Venezuela, obviamente, não é o objetivo. Democracia é sempre retórica geopolítica. Democracia não é a categoria que rege a escala global. Ditadura que me agrada está tudo bem; ditadura que não me agrada precisa receber “democracia”. Simples assim. Isso funciona dessa forma no mundo todo — inclusive, na geopolítica de países médios, como o nosso. A questão central para os “homens só” é derrubar instituições que não permitem um governo favorável aparecer.

No fundo, Trump, Putin e a atual liderança do Partido Comunista Chinês expressam, cada um à sua maneira, a consolidação da “geopolítica de um homem só”. Em regimes formalmente democráticos ou abertamente autoritários, o padrão se repete: a concentração extrema de poder decisório, a personalização da política externa e o enfraquecimento deliberado de mecanismos institucionais e multilaterais. Essa geopolítica não depende de consenso social nem de legitimidade internacional, mas da capacidade desses líderes de impor sua vontade como se fosse a própria vontade do Estado. O resultado é um sistema internacional mais instável, marcado pela imprevisibilidade, pela lógica da força e pela substituição da política global negociada por decisões unilaterais com efeitos planetários.

A pergunta final que fica é: aonde a “geopolítica de um homem só” está nos levando? Para uma partilha imperial tripolar ou há chance dessa divisão se sobrepor em alguma parte do mundo (Taiwan, talvez?) e o pior acontecer?